

BOATO: NOTÍCIAS PELA BOCA PEQUENA*

DÁRIO FERREIRA SOUSA NETO

Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá
Paranaguá, Paraná, Brasil

Resumo: O artigo propõe analisar o modo como Machado de Assis faz uso do boato como procedimento composicional em suas crônicas. O cronista evidencia seu uso, buscando uma definição do que seja o boato, bem como organiza seus comentários sobre as matérias dos jornais a partir dessa definição. Para compreendermos tanto a definição como o uso do boato nas crônicas, propomo-nos a estabelecer diálogo entre alguma dessas crônicas e a obra de Jean-Noël Kapferer (1993), cuja pesquisa problematiza os diferentes funcionamentos do boato, entendendo-o de modo *transfuncional* e, para além da relação *verdade-mentira*, como um *mercado clandestino da informação* ou ainda, como diria Machado de Assis, *notícias que correm à boca pequena*.

Palavras-chave: boato; crônica; literatura brasileira; Machado de Assis; Jean-Noël Kapferer.

RUMOR: NEWS IN WHISPER

Abstract: This paper analyses how Machado de Assis utilized rumors as a compositional procedure for his chronicles. The chronicler highlights the use of rumor, seeking a definition to what they are and organizing his comments about everyday news based on such a definition. To understand both the definition and the use of rumors in the chronicles, we propose establishing a dialogue with Jean-Noël Kapferer (1993), who investigated different functions of rumors, as a way to understand both the

* Este artigo é resultado da tese de doutorado defendida em 4 de março de 2015 e que teve como ponto central analisar a presença dos procedimentos técnico-estéticos das crônicas na chamada segunda fase de Machado de Assis. Composto o segundo capítulo da terceira parte da tese, pude de forma mais aprofundada apresentar as questões referentes aos estudos sobre o boato, bem como a diferença entre as primeiras crônicas do jovem Machado e as crônicas da sua fase de consagração, além de propor uma leitura sobre essa teoria no desenvolvimento ficcional do romance. Por fim, pude também tratar dos efeitos enunciativos produzidos tanto pelo uso do pseudônimo nas crônicas como também da narrativa homodiegética. Para mais informações, a referência à tese encontra-se na bibliografia deste artigo.

definition and the use of rumors in Machado's chronicles, considering rumors as cross-functional that go beyond the truth-lie binary to be a black market of information or, as in Machado de Assis's definition, news that runs in whispers.

Keywords: rumors; chronicle; Brazilian literature; Machado de Assis; Jean-Noël Kapferer.

I - O mercado clandestino da informação

Em crônica de 14 de novembro de 1864, da série *Ao Acaso*, Machado de Assis noticia um desmentido sobre algo extraordinário que aconteceria no dia 10 desse mês. Tal desmentido o leva a desenvolver uma definição inicial sobre o conceito do boato:

O boato recebeu esta semana um desmentido solene. O dia 10, que se antolhava tempestuoso à imaginação pública, correu calmo e indiferente, como os mais dias. A cidade amanheceu em pé e de pé se conservou até hoje. O obituário foi regular; só a doença (e a medicina, acrescentaria Bocage) ceifou algumas espigas na seara humana.

Pobre boato!

Em compensação, se não acertou em uma coisa, afirma-se que acertará em outra – perde à banca, mas ganha ao voltarete.

Passo em silêncio essas outras coisas em que dizem que o boato acertará.

“Teoria do boato” é o título de um livro que ainda se não escreveu, e que eu indico ao primeiro escritor em disponibilidade. O assunto vale a pena de alguma meditação.

É que o boato – não me refiro ao boato das simples notícias que envolvem caráter público e interesse comum – é uma das mais cômodas invenções humanas, porque encerra todas as vantagens da maledicência, sem os inconvenientes da responsabilidade.

A verdade tem uma telegrafia mantida pelo Estado. O boato é a telegrafia da mentira. Algumas vezes esta acerta e aquela mente, mas é por exceção.

Quando um homem, por motivo de ódio, ou por simples pretexto de amizade, quer fazer correr a respeito de outro uma calúnia, começa por comunicá-la ao primeiro amigo que encontre, acrescentando tê-la já ouvido de outrem. O meio é infalível; dentro de uma hora o segredo tem corrido cem bocas, e está convertido em boato. Alguns simplórios têm mesmo o preconceito de que nada corre em público que não tenha um

fundamento de verdade – preconceito que determina no espírito de alguns jurados a condenação de todos os que são acusados perante a justiça.

É sabido que a notícia de uma boa ação nunca passa de meia-dúzia de ouvidos, isto por duas razões, a saber: a primeira, é que, como ordinariamente é o próprio autor quem a revela, com as devidas precauções da modéstia, o espírito revolta-se contra essa maneira de levantar uma estátua no coração do público; a segunda, é que uma boa ação nunca aparece ornada dos singulares atrativos de que se atavia uma ação escandalosa, nem possui aquele sabor apimentado que dá vontade de provar e dar a prova.

Deste modo as boas ações que praticamos não passam da nossa rua, mas as más ações que nos atribuem vão de um extremo a outro da nossa cidade. Esta é a regra – a exceção é o contrário.

Tudo isso graças a essa coisa misteriosa, cômoda, impalpável, veloz como o raio, como ele fulminante, a que se dá o nome de boato.

[...]

Quando os americanos inventaram este provérbio característico, mas infeliz – *time is money* – quiseram, entre outras coisas, avisar os leitores e os escritores de folhetim.

Um provérbio indiano fará remate às reflexões acerca do boato: o fogo tisona aquilo que não pode destruir, diz o provérbio, que mais tarde foi convertido em expressão célebre de um célebre político.

Em política é este provérbio uma das melhores armas, com a diferença de ter por apêndice outra arma tão valiosa, e que eu defino deste modo: o carmim enfeita o que não pode aformosear.¹

Ao propor que algum escritor pudesse escrever um livro tratando do boato, o cronista aponta algumas definições fundamentais para compreender a importância dessa forma na composição das crônicas. A primeira definição é a distinção entre o boato de *caráter comum*, isto é, a repetição cotidiana de notícias de interesse público, e o boato como arma de *maledicência*. Identifica o caráter anônimo da segunda, que tem a vantagem da maledicência sem a inconveniência da responsabilidade. Para tanto, joga de forma irônica com os conceitos de verdade e mentira: a verdade é a telegrafia mantida pelo Estado, enquanto que o boato é a telegrafia da mentira. A ironia consiste sobretudo no fato de ele definir a verdade como um instrumento sob controle do Estado, considerando as inúmeras críticas dirigidas ao poder imperial, principalmente aos ministérios, em crônicas anteriores. Desse

¹ ASSIS, *Obra completa em quatro volumes*, v. 4, p. 221-222.

modo, a definição do boato como *telegrafia da mentira* e a verdade como *telegrafia mantida pelo Estado* evidencia a concepção do boato como discurso sobre o qual não se podem ter quaisquer controles e, desse modo, associado à opinião pública anônima. Em seguida, potencializa a ironia ao estabelecer o paradoxo de que a verdade pode mentir, mas como um ato de exceção.

A concepção sobre o boato apresentada pelo cronista não se prende a um aspecto positivo ou negativo, isto é, o boato pode ser usado para caluniar alguém, motivado pelo ódio, ou por simples pretexto de amizade. Desse modo, apresenta o boato como um comentário marcado pelo anonimato e pela repetição. Conforme diz em seguida, o boato é veloz como um raio, impalpável, misterioso, cômodo e fulminante. Esses adjetivos não se devem apenas ao fato de a notícia comunicada pelo boato ser negativa ou maledicente, mas, como afirma, primeiro porque, quando a notícia é positiva, geralmente é comunicada pelo próprio autor – portanto perde o anonimato – e segundo, porque, comunicada pelo próprio autor, é marcada pela modéstia e, por isso, perde os singulares atrativos que ornaram uma ação escandalosa – ou seja, a boa notícia dificilmente sofre efeitos de alterações hiperbólicas como a má notícia. E termina a definição com um provérbio indiano, associando o boato ao fogo que tisona o que não pode destruir.

Em sua obra *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*, Jean-Noël Kapferer apresenta-nos algumas definições muito próximas dessas que identificamos na crônica anteriormente citada. Uma das observações é que o boato é uma proposição que une uma característica a uma pessoa, servindo tanto para construir quanto para desmentir um determinado fato.² Desse modo, a função do boato pretende a construção ou negação de um determinado *ethos* atribuído a alguém, ao que o cronista define como calúnia, que pode ser tanto a afirmação de algo sobre alguém quanto a sua negação. Essa movimentação discursiva do boato faz dele, como afirma o pesquisador francês, um tipo de informação que o poder não pode controlar. Portanto, a sua essência é a de ser uma palavra à margem da palavra oficial. Essa afirmação faz com que Kapferer defina o boato como um *contrapoder*, pois ele prolifera no âmbito da conquista e da gestão do poder.³

O boato nos faz lembrar que o conceito de verdade é resultado de convenções e atribuições que, uma vez repetidas por instâncias do poder, são naturalizadas e transformadas em fatos reais. Como afirma Kapferer, "o

² Kapferer, *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*, p. 225.

³ *Idem*, p. 9.

boato é simultaneamente um processo de dispersão da informação e um processo de interpretação e de comentário. Shibutani considera o boato como uma ação coletiva que pretende dar um significado a fatos inexplicados”.⁴ Essas características do boato – anônimo, repetido, marcado pelo exagero, discursos não oficiais – fazem dele matéria dos *saberes sujeitados* conceituados por Michel Foucault. Isto é, os boatos são saberes desqualificados como saberes não oficiais, tratados pelas instâncias de poder como saberes ingênuos e hierarquicamente inferiores; porém, o reaparecimento desses saberes estabelece o que Foucault define como a *reviravolta dos saberes*. O que Michel Foucault define como *reviravolta dos saberes* é o processo que se deu em um determinado momento da crítica francesa em torno de dez a quinze anos antes das aulas ministradas no Collège de France no período de janeiro a março de 1976, isto é, no período da década de 1960 e 1970. Esse processo esteve associado a uma corrente teórica na França conhecida como *Estruturalismo*, cujo início tornou possível dar *status* de conhecimento a *saberes cotidianos*, os quais, até aquele momento, eram deliberadamente ignorados pelas Instituições Acadêmicas. A partir desse processo, o que o filósofo francês chamou de *saberes sujeitados* tomou a cena discursiva no seio do movimento estruturalista, fazendo evidenciar as relações de poder na produção dos saberes institucionais.⁵ Contudo, a enunciação desses *saberes sujeitados* é cotidiana e antiga de modo que o boato nunca dependeu de um reconhecimento institucional para fazer essa *reviravolta*; muito pelo contrário, o seu anonimato permite que se espalhe rapidamente, promovendo a dispersão das informações e obrigando os saberes oficiais a se posicionarem. Obviamente essa tensão que o boato estabelece com os poderes oficiais faz com que esses se atualizem de maneira que possam estabelecer uma contensão e apropriação dele, dinâmica identificada por Valentin Voloshinov como *ideologia do cotidiano* na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*. É preciso observar, ainda, que o boato é transfuncional, ou seja, se questiona os poderes instituídos estabelecendo com eles uma oposição, também pode ser usado como forma de antecipação a outros boatos por esses mesmos poderes.

O cronista, no texto citado, afirma que a força do boato consiste no fato de que “alguns simplórios têm mesmo o preconceito de que nada corre em público que não tenha um fundamento de verdade, – preconceito que

⁴ *Idem*, p. 10.

⁵ FOUCAULT, *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*, p. 11-12.

determina no espírito de alguns jurados a condenação de todos os que são acusados perante a justiça”. Isto é, não se trata de saber se o boato é verdadeiro ou falso, mas de perceber que ele joga com esse contrato social da verdade, a qual, para ser oficialmente reconhecida como verdade, precisa ser mantida pelo Estado. Essa relação de poder produz ambiguidades, isto é, se a verdade oficial depende da vontade do Estado, ela está intrinsecamente ligada ao segredo. A relação entre verdade e segredo associados ao poder produz a dúvida como efeito de sentido, pois, não sendo convincente, cria fraturas nas informações oficiais, causando suspeitas no espírito público de que os poderes oficiais querem manter certas informações escondidas da sociedade. É nessa fratura que o boato opera, pois, na medida em que certas informações oficiais sobre um determinado acontecimento não são satisfatórias, geram-se incertezas e suspeitas. A ambiguidade estrutural de um determinado acontecimento marcado por incertezas e dúvidas tem como efeito de sentido a produção de boatos, pois essas fraturas informacionais precisam ser preenchidas e, portanto, permitem a circulação de informações não oficiais.

II - Boato como necessidade digestiva

Em crônica do dia 7 de janeiro de 1862 da série *Comentários da Semana*, o cronista, ao comparar a opinião pública à *serpente-deus* dos antigos mexicanos, define a necessidade “digestiva” da opinião pública por novas notícias, aludindo à necessidade do boato como forma de alimentação. Assim como a entidade divina, à qual faz referência, precisa constantemente se alimentar de novas notícias que sejam boas e fartas, evidenciando a relação da opinião pública com a notícia pela sua contundência e riqueza de informação. Não à toa, tal como faz Kapferer na relação entre o boato e a crença, o cronista estabelece a comparação da opinião pública com uma entidade mitológica, evidenciando a relação do mito como forma de produção e consumo das notícias:

Bem se podia comparar o público àquela serpente-deus dos antigos mexicanos, que, depois de devorar um alentado mamífero, prostra-se até que a ação digestiva lhe tenha esvaziado o estômago; então o flagelo das matas corre em busca de novo repasto, emborça novo animal pela garganta abaixo e cai em nova e profunda modorra de digestão.

Esquisita que pareça a comparação, o público é assim. Precisa de uma

novidade e de uma grande novidade; quando lhe aparece alguma, digere-a com placidez e calma, até que desfeita ela, outra lhe fica ao alcance e lhe satisfaz a necessidade imperiosa.

Como o réptil monstro de que falei, o público não se contenta com os manjares simples e as quantidades exíguas; é-lhe preciso bom e farto mantimento. Nada de notável havia ocorrido ultimamente que satisfizesse esta boca coletiva que tudo devora. Os comunicantes do *Jornal do Commercio* é que faziam as despesas da curiosidade pública; mas facilmente se compreende quanto isso era mesquinho para ocorrer às necessidades daquele estômago voraz.⁶

O boato, portanto, tem como efeito obrigar as autoridades a falarem, pois coloca em xeque o estatuto de única fonte autorizada a falar dos discursos oficiais; ou, como diz o cronista, se a verdade é a tipografia mantida pelo Estado, o boato é a tipografia da mentira. Ao colocar em xeque a tipografia do Estado, o boato constitui-se como uma tipografia não oficial que escapa ao controle do Estado como palavra de oposição – o que define o boato como um *contrapoder*.

Em crônica de 7 de janeiro de 1862, ao tratar sobre o expediente do Ministério do Império, publicado no dia anterior na folha oficial, o cronista questiona o fato de o ministro ter oficiado o seu colega da Fazenda, afirmando que o "conselheiro Candido Borges Monteiro, jubilado em uma das cadeiras da faculdade de medicina desta cidade, tem direito ao ordenado por inteiro, por ter mais de 25 anos de serviço efetivo".⁷ Diante dessa contradição que o cronista identifica como *equivoco aritmético*, exige que tal fato possa ser elucidado pelo ministro, visto que o silêncio poderia propagar certos boatos. O cronista atribui sua propagação a um ente anônimo e, portanto, afirma:

Parece estranho isto. A que vem esta declaração? Deve-se supor que se pôs dúvida em fazer efetiva a determinação dos respectivos estatutos. Não consta, porém, que o tesouro caísse em equívoco aritmético. Onde está a chave deste enigma?

Uma declaração mais franca e mais sincera teria obstado a propagação de certos boatos que não fazem a apologia do governo. Deus ponha longe de meu espírito a ideia de crer em tais cousas, mas o vulgo quer os pontos nos ii.

⁶ ASSIS, *Comentários da Semana*, p. 149.

⁷ *Idem*, p. 151.

Não falta quem dê à língua e diga que o lente a que se refere o ofício do sr. ministro do império, tendo sido aposentado antes da abertura das câmaras, não completou os 25 anos, que só se terminaram depois de fechado o parlamento. Como não podia acumular os dous lugares, lente e senador, é ainda o boato que fala, julgou-se que se satisfazia o direito e a conveniência antecipando-se a jubilação.

Vê o governo quanto isto tem de grave? Em resumo o lente acumulou.

O boato é um ente invisível e impalpável, que fala como um homem, que está em toda a parte e em nenhuma, que ninguém vê donde surge, nem onde se esconde, que traz consigo a célebre lanterna dos contos arábicos, a favor da qual avantajava-se em poder e prestígio, a tudo o que é prestigioso e poderoso.

Trate o governo de desfazer as suspeitas do boato, restabelecendo a verdade.⁸

O questionamento acentua a ironia do cronista à medida que reafirma a "natureza" do boato. Alguém poderia propagar informações caluniosas sobre o Ministério por tomar determinada iniciativa; logo, afirmando crer na idoneidade do ministro, o papel do cronista é alertá-lo para esse risco – "Deus ponha longe de meu espírito a ideia de crer em tais coisas, mas o vulgo quer os pontos nos ii". Para tanto, conceitua o boato como um ente invisível e impalpável, estando em lugar nenhum, mas trazendo consigo a *lanterna dos contos arábicos* e, desse modo, iluminando aquilo que o poder oficial tenta esconder. O comentário torna-se irônico pelo fato de ser o próprio cronista quem evidencia a contradição do expediente do Ministério do Império.

Em artigo anônimo publicado no *Jornal do Commercio*, no dia 9 de janeiro, intitulado "As grandes questões da oposição", a resposta é dada à crítica feita pelo cronista, conforme vemos a seguir:

Se o *Diário* não tivesse ficado cego com o felicíssimo achado oposicionista, e se antes de aproveitá-lo tivesse procurado inteirar-se daquilo que ia falar, teria sabido que sobre o ordenado não havia a menor dúvida, não se suscitava, nem se podia suscitar a menor questão; a questão única era acerca da gratificação; teria sabido que a tal respeito o governo consultou os seus conselheiros fiscais, que houve divergência de opiniões, sendo a opinião mais aceita a que, não dando ao Sr. dr. Candido Borges metade da gratificação que por lei lhe caberia se tivesse trinta anos de serviço, dava-lhe todavia dessa gratificação uma parte proporcional ao tempo que provava ter servido. E por fim saberia que o

⁸ *Idem*, p. 151-152.

ministro não concordou com essa opinião, e nesse sentido decidiu a questão contra os interesses do sr. dr. Candido Borges, nosso amigo, que pedia o que julgava de direito, e por isso não ficou mal com o governo. É uma questiúncula administrativa sem valor, pois não queremos do espírito de economia, do zelo pela literal inteligência da lei que ditaram ao ministro a sua decisão, fazer tema de louvores; mas por que havia o *Diário*, na ignorância de tudo, ajeitar aí uma ocasião de censuras e de odiosidades? Por que, se o não fizesse, não teria o que escrever, e é necessário não perder de todo o costume.⁹

Há nessa resposta aquilo que Kapferer observa como forma para se tentar acabar com o boato: o fator temporal. Como afirma o pesquisador francês, "em matéria de prevenção o fator temporal é fundamental. É preciso agir logo, enquanto o boato está circunscrito a um plano geográfico".¹⁰ Dessa forma, o governo, de modo anônimo, ao ter sua ação questionada por um jornal da oposição, procura responder, dois dias depois. Contudo, o cronista tira proveito da resposta para fundamentar a verdade do boato, como podemos ver, na crônica seguinte, do dia 14 de janeiro:

O Sr. Candido Borges reclama agora a minha atenção.

Veio o governo em resposta ao dizer do boato que eu denunciei nos meus últimos *Comentários*, e declarou o *Diário* em completa ignorância dos fatos a que aludi.

Devo observar que apenas fui eco de um boato, e que foi com uma franqueza e uma singeleza talvez proverbiais que transferi para letra redonda o que andava na praça pública, pedindo ao governo uma explicação que restabelecesse a verdade.

O *comunicante* oficial declarou desconhecer a importância da censura que corria pela boca pequena em detrimento do crédito do governo. Sem dúvida que não é problema social ou político, não se trata da questão da escravidão ou de qualquer outra de máximo alcance; mas presumo que a acusação surda ao governo de uma infração da lei não é lá tão ínfima assim que mereça o escárnio e o pouco caso da imprensa.

Dizia-se isto; a imprensa pergunta ao governo se isto é verdade. Creio que é a cousa mais curial do mundo.

Explicou-se o governo, ainda bem. Da explicação se conclui que o boato não era tão inteiramente infundado como se quis fazer supor; houve de

⁹ Esse texto-resposta foi reproduzido de nota de rodapé feita por Lúcia Granja e John Gledson. (ASSIS, *Comentários da Semana*, p. 159, nota 6)

¹⁰ KAPFERER, *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*, p. 239.

fato uma pequena acumulação, ou antes, pretendeu-se realizá-la.

O ato do Sr. ministro do império não merece louvor, como bem diz o *comunicante*, porquanto, proporcionar a gratificação aos dous anos e meio que servira o lente além dos vinte e cinco da jubilação com ordenado somente, quando a lei diz que o que se jubilar aos trinta anos é que tem direito à metade da gratificação, seria um sofisma flagrante e de fazer arrepiar ao mais desiludido deste mundo.

Felizmente, segundo diz o *comunicante*, a decisão do governo, sendo contrária ao Sr. Candido Borges, não fez com que este Sr. Conselheiro lhe retirasse a sua amizade.

Suponho que há nisto motivo para alegrarem-se os ânimos e expandirem-se os corações. Este fato não perturbou o remanso e a paz da igreja d'Elvas. *Ambos conformes, o bispo e o deão, continuarão a dar e a receber o santo hissope.*

Para alguma cousa há de servir a amizade política, e ninguém se lembraria de pensar que, por uma questão de vinténs, o partido conservador sofresse amputação em um de seus membros; e que membro eloquente quando fala, e eloquente quando não fala!¹¹

Primeiro, o cronista reafirma o conceito do boato ao observar que, por publicá-lo, seu papel foi apenas de eco de um boato que andava na praça pública. Essa esquivia não se refere a uma tentativa de não se responsabilizar pela acusação, mas de manter a condição anônima sob a qual reside a força do boato, uma vez que a resposta anônima à acusação atribuiu ao *Diário do Rio de Janeiro* a responsabilidade da acusação, como forma de tentar acabar com o boato. Em outras palavras, a identificação de autoria é uma forma de desmentir e se prevenir contra a acusação do boato, isto é, se se confirma que a crítica teve como origem tanto o *Diário*, quanto o cronista, poderiam atribuir-se interesses políticos partidários na acusação. Como forma de refutação dessa tentativa de desmentido, o cronista alega ser apenas eco do que se comenta na praça pública. Reafirma a tese do anonimato, ao dizer que a *censura corria pela boca pequena* e, a partir disso, contra-ataca a tentativa da resposta em tentar diminuir a importância do boato. Após agradecer a explicação feita pelo governo, o cronista reinstaura a força do boato ao dizer que a explicação evidencia uma certa verdade do boato, isto é, que ele não era tão inteiramente infundado como o ataque quis supor. Além disso, cabe observar o jogo enunciativo que o cronista opera: a explicação é feita por meio de um artigo anônimo, porém o cronista, à medida que desautoriza sua

¹¹ ASSIS, *Comentários da Semana*, p. 157-158.

responsabilidade pela acusação, afirma a autoria da resposta anônima como sendo uma resposta do governo. Outro procedimento operado pelo cronista é o uso da *antanáclase* que, segundo a definição feita por Sebastião Cherubim, é a figura de linguagem que "consiste em usar palavra igual ou semelhante no som, mas diferente e oposta no sentido".¹² Na resposta publicada no *Jornal do Commercio*, o autor anônimo utiliza a palavra *louvor*, referindo-se à ação do Ministro, no sentido de *importância*. Não fazer tema de louvores, no contexto da resposta, significa não dar tanta importância quanto merecida, não aplaudir a ação do ministro, embora, pelo contexto, tal ação mereça louvor. Por sua vez, o cronista opera o enunciado *não merece louvor* como sinônimo de censura, visto que a ação do ministro é um *sofisma flagrante*. Ao fazer esse deslocamento da significação por meio da *antanáclase*, o cronista atribui esse novo sentido à autoria do *comunicante* como se o mesmo tivesse dito que tal ação deveria ser censurada. Para fechar sua análise, utiliza-se da ironia, ao dizer que a ação do ministro, contrário ao Conselheiro beneficiado, não comprometeu a amizade de ambos, bem como essa amizade política, uma vez não comprometida, não faria com que o Partido Conservador fosse amputado em um de seus membros: *membro eloquente quando fala e quando não fala!* Nesse outro comentário, a ironia se dá pela ambiguidade do verbo *amputar*, isto é, em sentido figurado, significa o Partido Conservador perder um componente, mas, em sentido literal, a *amputação* significa o Partido tornar-se aleijado, operando a corporalidade em seu comentário irônico. Evidencia-se nesse trecho que, para mimetizar o boato como matéria da crônica, o cronista faz uso de diferentes procedimentos, como o *discurso polêmico*, as *figuras de linguagem*, a *intertextualidade*, o *rebaixamento*, operando por meio desses procedimentos a ficcionalidade dos discursos.

Como observa Kapferer, o boato é a mídia do não dito, fazendo com que cheguem a conhecimento público informações que determinada tradição política proíbe que se mencionem de forma aberta.¹³ Subentendendo-se como uma verdade oculta e que escapou acidentalmente contra a vontade dos poderes oficiais, o boato proporciona ao grupo meios de compartilhar opiniões, de se exprimir coletivamente, mesmo que à custa de um "bode expiatório", o qual pode ser um indivíduo daquele mesmo grupo, um outro grupo ou, sobretudo quando o assunto é política, os poderes oficiais. Dessa forma, o boato tem um efeito coletivo e de compartilhamento em um

¹² CHERUBIM, *Dicionário de figuras de linguagem*, p. 13.

¹³ KAPFERER, *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*, p. 196.

determinado espaço geográfico.

Na crônica do dia 13 de agosto de 1893 da série *A Semana*, ao convidar o leitor para ir à rua do Ouvidor, o cronista a qualifica como rua própria dos boatos por ela ser estreita, tendo um aspecto de intimidade, aconchego e contiguidade:

Vamos à rua do Ouvidor; é um passo. Desta rua ao *Diário de Notícias* é ainda menos. Ora, foi no *Diário de Notícias* que eu li uma defesa do alargamento da dita rua do Ouvidor – coisa que eu combateria aqui, se tivesse tempo e espaço. Vós que tendes a cargo o aformoseamento da cidade alargai outras ruas, todas as ruas, mas deixai a do Ouvidor assim mesma – uma viela, como lhe chama o *Diário* – um canudo, como lhe chamava Pedro Luís. Há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação de intimidade. É a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contiguidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para outro. Na rua do Ouvidor, um homem, que está à porta do Laemmert, aperta a mão do outro que fica à porta do Crashley, sem perder o equilíbrio. Pode-se comer um sanduiche no Castelões e tomar um cálice de madeira no Deroche, quase sem sair de casa. O característico desta rua é ser uma espécie de loja, única, variada, estreita e comprida.

Depois, é mister contar com a nossa indolência. Se a rua ficar assaz larga para dar passagem a carros, ninguém irá de uma calçada a outra, para ver a senhora que passa – nem a cor dos seus olhos, nem o bico dos seus sapatos, e onde ficará em tal caso “o culto do belo sexo”, se lhe escassearem os sacerdotes?¹⁴

Desse modo, além de determinar o boato como anônimo, marcado pela repetição, pelo exagero e pela velocidade com que corre à boca pequena, evidencia a rua como o lugar próprio dos boatos. Marcando essas características, o cronista evidencia o boato como, conforme a definição de Kapferer, o *mercado clandestino da informação*.

III - O boato como matéria e objeto da crônica

Kapferer afirma haver duas formas enunciativas que determinam a

¹⁴ ASSIS, *Obra completa em quatro volumes*, v. 4, p. 1007-1008.

linguagem do boato: a primeira é o uso do verbo acompanhado da partícula "SE" como índice de indeterminação do sujeito, remetendo o boato ao grupo e, portanto, tendo como sujeito a coletividade. Essa forma tem como efeito de sentido a maior adesão por parte do ouvinte, pois, sendo os outros que falam, o ouvinte é induzido a compactuar com o que ouve, como forma de se sentir parte da comunidade. Portanto, aderir ao boato enunciado com sujeito indeterminado é fazer-se pertencente à comunidade.¹⁵

Na crônica do dia 18 de outubro de 1861 da série *Comentários da Semana*, ao comentar sobre as notícias da recusa do ofício fúnebre do conde de Cavour, responsável pelo processo de unificação italiana e, por isso, considerado como inimigo da Igreja, o cronista trata a matéria como fruto do boato:

A pressão dos beatos é grande, mas eu acho que maior é a força das cousas. Ah! Os beatos! É ainda deles que vou falar. Conta-se que foi negada aos italianos a licença para celebrar um ofício fúnebre ao conde de Cavour. É bonito isto? Pode ser, eu acho que não serve à igreja nem ao pontífice, nem ao império. Queremos passar por civilizados e tolerantes, e darmos destas amostras de fanatismo e atraso, é colocar uma montanha no caminho que pretendemos atravessar.¹⁶

A segunda forma enunciativa é a afirmação de que dada informação se origina de uma fonte bem informada. Ao buscar uma paternidade para a informação, o boato tem efeito de verossimilhança operando a confiabilidade no que é contado, tornando a informação segura e, portanto, compartilhável. Quem o enuncia dificilmente teve contato com a fonte a que se refere, mas apenas repete de alguém que por sua vez conhece o *expert* que tudo sabe.¹⁷

Na crônica de 1º de julho de 1877, o cronista trata do conflito entre a artista mlle. Lafourcade e um empregado do Teatro Alcazar. Saindo a artista carregando uma roupa, acompanhada de sua criada, foi interceptada pelo funcionário, o qual alegou que não lhe era permitido levar a sua roupa por ordem da administração. O caso ganhou repercussão e foi noticiado no jornal *Gazeta de Notícias*, envolvendo a polícia e transformando o assunto em comentários da semana. O cronista, ao tratar do caso, refere ter colhido as informações por meio de um informante:

¹⁵ KAPFERER, *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*, p. 61.

¹⁶ ASSIS, *Comentários da Semana*, p. 66, grifo nosso.

¹⁷ KAPFERER, cit., p. 62.

Primeiramente, o caso de mlle. Lafourcade é o prenúncio de episódios nunca vistos. Esta cantora apareceu outro dia em cena com as suas malas pedindo a proteção do público, contra o empresário, o qual, parece, estava disposto a lançar mão daqueles interessantes objetos. Há dúvida sobre se era uma só mala ou mais de uma: ponto histórico deixado aos investigadores futuros.

O importante é o que havia na mala.

Feito o *speech*, o público bradou contra o empresário (versão n. 1) ou contra a cantora (versão n. 2); mas parece que contra alguém manifestou o seu desagrado. A Sra. Lafourcade deitou a mala (ou as malas) para uma *baignoire*, e foi atrás dela (ou delas). Nesse ponto cessam as minhas informações.

A mala Lafourcade é um prenúncio, como ficou dito, e vai alterar profundamente a ordem dos espetáculos. Conheço um ator que recusa as carícias de uma colega, e anda meditando acolher-se sob as asas do público. Não trará a mala, mas a fotografia da implacável Medeia. "Meus senhores, dirá esse Jasão mal apinhado; minha situação é ainda mais cruel do que o ladrão do velocino. Vejam, senhores; está além do sacrifício humano".¹⁸

O caso é noticiado a partir de fontes que o artista diz conhecer, assim como o outro caso seguinte que envolve um ator conhecido do cronista. Na crônica de 14 de julho de 1878 da série *Notas Semanais*, ao comentar sobre o caso de oitenta russos que tiveram sua viagem embargada pela polícia do Rio Grande do Sul, o cronista afirma algo diferente do que os jornais diziam, declarando ter outra fonte:

No meio disto, sabe-se aqui que uns oitenta russos, comprometidos com a província do Rio Grande, por motivo de algumas quantias que lhes devem, trataram de fazer uma retirada honrosa, e sobretudo noturna, para o Estado Oriental. Já pisavam terra nova, quando a autoridade de cá obteve que a autoridade de lá os repassasse – o que prontamente se fez.

Segundo estou informado, o que aconteceu foi justamente o contrário daquilo. Estes russos pertencem a uma seita, a qual tem um decálogo, no qual há um mandamento, que diz que as dívidas se devem pagar, ainda à custa de sangue. Cansados de perseguir o presidente da província, para lhes receber o dinheiro, resolveram compeli-lo a isso, armaram-se de

¹⁸ ASSIS, *História de Quinze Dias*, p. 215, grifo nosso.

rebenques e foram à noite cercar o palácio. O presidente, acordado pelo ajudante de ordens, viu que o mais decoroso era a fuga, e saiu da capital para Jaguarão, com os russos atrás de si, porque estes o pressentiram e não o deixaram mais. Dali passou à vila de Artigas; mas os russos, a quem o desespero da honra deu forças novas, foram arrancá-lo de lá, e apresentaram-lhe aos peitos um bom par de contos de réis. O presidente rendeu-se e passou recibo; os russos queimaram, em effigie, o pecado do calote.

Era tempo.¹⁹

Esses exemplos tanto do primeiro procedimento quanto do segundo aqui apresentados são apenas algumas mostras dos variados comentários que preenchem as crônicas machadianas, transformando-as em eco do boato. Conforme observa Kapferer, no primeiro caso, a adesão ao boato não é racional, mas afetiva, isto é, o ouvinte adere à informação como forma de se fazer pertencer a esse coletivo responsável pela produção e circulação do boato. Já no segundo caso, o convencimento se dá de forma racional, isto é, a verossimilhança da notícia é garantida pela lendária figura do *expert* amigo de um amigo de um amigo... O cronista, portanto, faz uso desses procedimentos para compor o material da sua crônica.

O papel do cronista é ficar à espreita dos sucessos da rua, a partir dessa relação entre a sua subjetividade – *conforme nosso humor ou a nossa opinião/um guizado de moral doméstica* – e a subjetividade coletiva – *ouvir e palpar o sentimento da cidade/solturas do rua do Ouvidor*. Conforme vimos anteriormente, a rua do Ouvidor é esse espaço geográfico onde *há nela, assim estreitinha, um aspecto e uma sensação de intimidade*. “É a rua própria do boato. Vá lá correr um boato por avenidas amplas e lavadas de ar. O boato precisa do aconchego, da contiguidade, do ouvido à boca para murmurar depressa e baixinho, e saltar de um lado para outro”.²⁰ É por meio desses boatos que o cronista se propõe a falar das coisas mais triviais, leves, às vezes num tom mais carrancudo, fazendo dessa mistura algo semelhante ao autoritarismo e tolice de Geronte e à malandragem de Scapin – personagens de Molière.

Ao se propor tratar da política amena, a produção da notícia na crônica dá-se a partir dessa mistura, isto é, tomar algo grave, como por exemplo o incêndio causado no Paço Municipal de Macacu, e operar o rebaixamento, a

¹⁹ *Idem, Notas Semanais*, p. 161-162, grifo nosso.

²⁰ *Idem, Obra completa em quatro volumes*, v. 4, p. 1007.

personificação e a alegoria, quando afirma que o incêndio foi causado porque o Paço Municipal tinha o costume de dormir tarde e fumar na cama ou que a razão toda não foi nenhum incêndio, mas o fato de o Paço, sendo uma mulher, descobrir que estava grávida e, para não ser julgada pelos munícipes, resolveu fugir para a rua do Ouvidor. Diante de um acontecimento grave – o incêndio no Paço Municipal de Macacu – e da exígua informação dada pelo poder público – o incêndio foi causado por combustão espontânea – despertando incertezas, dúvidas e questionamentos, o papel do cronista é preencher essas fraturas/vazios do discurso oficial com o boato produzido por meio dos procedimentos como o *rebaixamento*, *a alegoria*, *a intertextualidade*, *a personificação*, entre outros, e transformar a notícia em *discurso polêmico* aberto ou velado.

Desse modo, cada ouvinte torna-se intermediário do boato por livre e espontânea vontade. Sendo atingido pela mensagem, seu papel é repassá-la como modo de compartilhar seus sentimentos. Dessa maneira, não se trata apenas de repetir o que ouviu, mas convencer seu interlocutor, fazendo uso do exagero como arma de convencimento. A mensagem não é apenas repassada, mas o locutor e o interlocutor estabelecem uma troca em que ambos discutem, reagindo, elaborando e respondendo, como forma de levantar novas questões sobre a notícia. É a partir desse processo que o novo receptor modifica a mensagem e repassa uma nova versão do boato.

Referências

- ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. 2. ed. Org. de Aluizio Leite Neto, Ana Lima Cecilio, Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, 4 vols.
- _____. *Comentários da Semana*. Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- _____. *Notas Semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- _____. *História de Quinze Dias*. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora Unicamp, 2009.
- CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GRANJA, Lúcia; CANO, Jeferson. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Comentários da Semana*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008, p. 11-50.

- GRANJA, Lúcia; GLEDSON, John. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Notas Semanais*. São Paulo: Editora Unicamp, 2008, p. 13-85.
- KAPFERER, Jean-Noël. *Boatos: O mais antigo mídia do mundo*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1993.
- SOUSA NETO, Dário Ferreira. *A pena do cronista: a presença das crônicas nos romances machadianos*. 2015. 581 p. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- VOLOSHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

DÁRIO FERREIRA SOUSA NETO é doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo e professor colaborador em Literatura Portuguesa e Literatura Universal da Universidade Estadual do Paraná – Campus Paranaguá.

Recebido: 12.09.2015

Aprovado: 10.11.2015